

## **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **ATO CONVOCATÓRIO ABHA N.º 008/2015**

**Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços estatísticos para desenvolvimento de Pesquisa Exploratória Qualitativa**

**RECORRENTE: FONTES & DADOS PESQUISAS LTDA**

**RECORRIDO: COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO**

Em 18 de junho de 2015, nesta cidade de Araguari-MG, a Comissão de Avaliação e Julgamento, instituída pela Portaria ABHA/CA-003/2015, para condução do Ato Convocatório N.º 008/2015, no uso de suas atribuições legais, analisou o Recurso Administrativo, protocolado no dia 15 de junho de 2015, oportunidade em que foi proferida a seguinte decisão:

#### **I - DO RECURSO:**

Recurso Administrativo interposto pela Recorrente acima citada, devidamente qualificada, CONTRA a inabilitação da mesma.

#### **II - DAS RAZÕES RECURSAIS:**

A Recorrente cumpriu com as formalidades legais para interposição do recurso, e em suas razões recursais, manifestou seu inconformismo com a decisão tomada pela Comissão.

Expõe a Recorrente que houve a discriminação dos custos, em atendimento ao próprio dispositivo 6.23 que trata de composição de preço.

Afirmam ainda, que para a apuração do preço final dos serviços, deve-se acrescentar o BDI (Benefícios e Custos Indiretos).

Por esse motivo resultou dois valores, um valor relativo à discriminação dos custos e, outro valor, relativo ao preço total dos serviços, já incluído o acréscimo referente ao BDI.

Ao final pugna seja julgado procedente o presente recurso.

Este é um esboço das razões recursais.

### **III - PARECER DA COMISSÃO:**

Assim, passa a Comissão à análise e julgamento do recurso.

Quando da análise da proposta apresentada pelo Recorrente, a Comissão em um primeiro momento, observou que não houve detalhamento do preço final, ocasião em que inabilitou a mesma por descumprimento aos itens 6.30 e 6.35 alínea “e”.

Após os esclarecimentos recursais prestados pela Recorrente, demonstra que não houve omissão e nem alteração dos valores. Simplesmente houve o detalhamento dos custos e, embora não houvesse a discriminação do valor atribuído ao BDI, a composição final do preço alcança o valor total de R\$114.040,00, conforme lançados em sua proposta final apresentada dentro do prazo.

Diante dos esclarecimentos prestados em suas razões recursais observamos que os custos no desempenho dos trabalhos foram detalhados em sua proposta, restando assim, justificada a diferença encontrada entre os custos com a execução do trabalho e o preço final apresentado correspondente ao acréscimo do BDI.

Dessa forma, em atendimento às normas vigentes, e diante dos esclarecimentos prestados pela Recorrente, têm que todos os valores lançados em sua proposta estão devidamente detalhados, valendo-se inclusive das disposições do item 6.17 do Ato Convocatório.

Assim, em atendimento ao princípio da razoabilidade, e, nos termos do artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, considerando ainda, não haver alteração de valores em sua proposta a qual foi apresentada dentro do prazo, somados com a necessidade e urgência na execução dos trabalhos, bem como, por tratar de repetição de Ato, devido à limitação de mercado e/ou desinteresse de participantes para execução do objeto, prudente a reforma da decisão anteriormente, tornando classificado o participante.

### **IV - DECISÃO:**

Em 18 de junho de 2015, nesta cidade de Araguari-MG, a Comissão de Avaliação e Julgamento, no uso de suas atribuições legais, realizou análise do Recurso interposto pela empresa **FONTES & DADOS PESQUISAS LTDA**, oportunidade, em que foi proferida a decisão de **DAR PROVIMENTO** ao Recurso interposto, pelos fatos e fundamentos exalados, determinando a reforma do Resultado Preliminar e que o Resultado Final Definitivo seja dado como vencedor o participante ora Recorrente.

Ante ao exposto, e em atenção às disposições do Ato Convocatório, a Comissão, após sua análise sobre os atos realizados até a presente data, faz a remessa do procedimento licitatório devidamente instruído à Diretoria da ABHA, para análise e decisão final, nos termos do artigo 44, §2º da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, de 30 de outubro de 2009.

ORIGINAL ASSINADO

Olívia Dias Rodrigues Alves  
Presidente em exercício da Comissão e Avaliação e Julgamento

### **V – ANÁLISE DO SUPERIOR HIERÁRQUICO:**

O representante legal da Entidade - ABHA, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 44, §2º da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, de 30 de outubro de 2009, e, nos termos do Ato Convocatório, passa à análise da decisão proferida pela Comissão, na qual recebe o processo devidamente instruído, e no mérito profere a seguinte decisão.

Por todo o exposto, e por tudo que consta no processo, EM ESTRITA ANÁLISE DA LEI DE LICITAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS, especialmente, em observância às normas contidas no Ato Convocatório 008/2015 e Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, de 30 de outubro de 2009, DECIDE em DAR PROVIMENTO ao Recurso da Recorrente, declarando a mesma vencedora do processo.

Sendo assim, conclui-se que a Comissão ao praticar seus atos, os fez em estrita observância à legislação aplicável ao caso.

Publique-se no site da ABHA - ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI.

Comunique a Recorrente à decisão tomada.

Araguari-MG, 18 de junho de 2015.

ORIGINAL ASSINADO

RONALDO BRANDÃO BARBOSA  
Diretor Presidente Interino

DE ACORDO: 18 de junho de 2015.

ORIGINAL ASSINADO

PÉTULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS - Consultoria Jurídica  
Rogério Milani Zanzarini - OAB/MG 113.331